

## ALFABETIZAÇÃO EM MÍDIA E INFORMAÇÃO: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL

Eixo 01 - Informação, desenvolvimento e sociedade

Valéria Pinto FREIRE<sup>1</sup>

Daniel Bramo Nascimento de CARVALHO<sup>2</sup>

Luciano Matos NOBRE<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho de investigação busca refletir acerca dos processos de construção social da Cidadania Digital, seu desenvolvimento e exercício na atualidade a partir da percepção de adolescentes e jovens. Considerando para tanto, os impactos advindos das relações estabelecidas entre as práticas informacionais e midiáticas aportadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e do acesso à internet através da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), como uma combinação de aptidões necessárias a formação do cidadão. Esta investigação foi desenvolvida no contexto de um projeto social de cunho socioeducativo em Sergipe, envolvendo 750 adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos provenientes da escola pública e de famílias social e economicamente desfavorecidas. A construção dos dados se utilizou do levantamento sobre o estado da arte em relação a AMI e os resultados obtidos em pesquisa estatística simples através de um questionário online semiestruturado aplicado em abril de 2017. Na análise dos resultados, constatamos que a construção da cidadania digital e as práticas decorrentes passam necessariamente pela posse das TDIC, pelo acesso à internet e pela questão do saber fazer usos e aplicações da informação, que as desigualdades no acesso à web e do possuir tecnologia se constitui fator de exclusão e que, parte significativa dos adolescentes e jovens dessa pesquisa encontram-se à parte do processo de cidadania plena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização Midiática Informacional (AMI), Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC), Cidadania Digital.

<sup>1</sup>Universidade Tiradentes (UNIT/PPED/SE), Doutoranda em Ciência da Documentação (UCM), Mestre em Educação (Unit/PPED/SE), Especialização em Educação Estética Semiótica e Cultura (FACED/UFBA), Especialização em Tecnologia Educacional (UNIT/SE), Graduação em Comunicação Social (UNIT/SE), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Comunicação, Educação e Sociedade (GECES/CNPq/UNIT), Grupo de Estudos e Pesquisa Mídia na Educação (GESPME/UFPE/CNPq), Diretora e Coordenadora Pedagógica do Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ). [vpfreire@gmail.com](mailto:vpfreire@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Tiradentes (Unit/PPED/SE), Mestrando em Educação Licenciado em História (UNIT/SE), vinculado ao GECES – Grupo de Estudos e Pesquisa Comunicação, Educação e Sociedade - GECES (UNIT/CNPq) Bolsista CAPES/CNPq. [historiadobramo@gmail.com](mailto:historiadobramo@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Tiradentes (Unit/PPED/SE) Doutorando em Educação, Mestre em Educação (Unit/PPED/SE). Especialista em Pedagogia Empresarial-Faculdade Atlântico (Aracaju-SE); Docência e Tutoria em Educação a Distância (Unit-SE). Graduação em Sociologia/Licenciatura/Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atua na linha de pesquisa Educação e Comunicação. Integrante do Grupo de Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/Unit/CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Comunicação, Educação e Sociedade (GECES/Unit/CNPq). Bolsista CAPES/FAPITEC-SE. [lunobrey@gmail.com](mailto:lunobrey@gmail.com)

## ABSTRACT

This research seeks to reflect on the processes of social construction of Digital Citizenship, its development and exercise in the present time from the perception of adolescents and young people. Considering therefore, the impacts arising from the relations established between the information and media practices provided by Digital Information and Communication Technologies (TDIC) and Internet access through Media and Information Literacy (AMI), as a combination of skills necessary for formation of the citizen. This research was developed in the context of a socio-educational social project in Sergipe, involving 750 adolescents and young people between 14 and 24 years of age from public schools and socially and economically disadvantaged families. The construction of the data was based on the state of the art survey in relation to AMI and the results obtained in simple statistical research through a semistructured online questionnaire applied in April 2017. In the analysis of the results, we verified that the construction of digital citizenship and the resulting practices are necessarily due to the possession of the TDIC, Internet access and the question of making uses and applications of information, that inequalities in access to the web and the possession of technology constitute a factor of exclusion and that, a significant part of adolescents and young people in this research stand apart from the process of full citizenship.

**KEYWORDS:** Informational Media Literacy (MIL), Digital Information and Communication Technology (TDIC), Digital Citizenship, Digital Inclusion.

## 1 Introdução

As práticas informacionais e comunicacionais empreendidas pelas mídias, implementadas pelos usos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e do acesso à internet, têm incitado de modo geral mudanças significativas, muito em particular nas culturas, nos modos de aprender, assim como nas subjetividades individuais e coletivas e conseqüentemente no cotidiano dos sujeitos. Para que haja oportunidades iguais na educação para todas(os) não se pode desconsiderar a importância da Alfabetização Midiática e Alfabetização Informacional como aberturas para o desenvolvimento pessoal e expansão das chances de tornar-se um cidadão participativo, capaz de perceber, interpretar o mundo e transformar a realidade em que situa-se.

A Alfabetização Midiática e Informacional<sup>4</sup> (AMI), no contexto de busca, uso e comunicação da informação, é imprescindível no mundo contemporâneo. Reconhecem a centralidade e o importante papel que a informação e as mídias - interlocutores constantes - vêm promovendo em nosso dia-a-dia e o quanto tem se tornado inadiável a efetiva formação em informação, mídias e comunicação de cidadãos para que possam de fato, através da competência adquirida neste contexto, tornarem-se partícipes do processo de construção da cidadania no século XXI.

À luz dessas ponderações o conceito de cidadania ampliou-se a tal ponto, que tornou-se uma preocupação em domínios diversos - mais especificamente no campo da educação e dos sistemas educativos - há uma inquietação constante que pensa nas competências de cidadania como recurso para enfrentamento dos novos desafios que hoje se colocam. Erguem-se nessa perspectiva, tempos/espacos que convergem e potencializam-se a partir dos usos e aplicações das TDIC e da internet que coexistem, proporcionando possibilidades visivelmente infindas.

A Sociedade da Informação, que tem na informação sua principal matéria-prima (CATELLS, 2005) assentada nos efeitos das novas tecnologias em que predomina a lógica de redes conferindo flexibilidade, tem conferido ao conceito de cidadania inúmeros desafios, dentre eles, o de tonar-se plástico o suficiente para dar conta de toda a diversidade de possibilidades postas à sua ação e seu exercício. Acomoda-se neste sentido, a integração e a convergência entre humano e tecnológico - isto não significa que cisões e tensões não sejam geradas – a informação é seu ponto de partida e por seu caráter, hoje, majoritariamente digital, cresce em contextos informativos diversificados em que o acesso a diferentes produtos e discursos informacionais potencializam experiências, enquanto moldam seus cotidianos e redimensionam o papel do sujeito aferindo-lhes autonomia e protagonismo.

Este trabalho é um recorte e origina-se de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2013 no seio de um projeto cunho socioeducativo - fundamentado

---

<sup>4</sup> A AMI é definida como um conjunto de competências que empodera os cidadãos, permitindo que eles acessem, busquem, compreendam, avaliem e usem, criem e compartilhem informações e conteúdos midiáticos em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz, com o objetivo de participar e de se engajar em atividades pessoais, profissionais e sociais. (Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e competências do país. – Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016, p.18).

no conceito de Infoinclusão social e preparação para o mundo do trabalho e exercício da cidadania - que acolhe anualmente mil e duzentos (1200) adolescentes e jovens com faixa etária entre 14 e 24 anos oriundos de escola pública, provenientes de famílias de evidência em vulnerabilidade socioeconômica. Analisa-se a devoluta de 750 respondentes a partir de um questionário online de tipologia semiestruturado – aplicado em abril de 2017<sup>5</sup> - estruturado em grupos de questões distribuídos em três blocos distintos: a) ‘Interesse’ composto de seis questões que versam sobre o nível de inclusão digital, posse das TDIC e acesso à internet; b) ‘Aprendizagem’ composta de 12 questões que visam saber o grau de compreensão e saber relacionado as competências e habilidades informacionais e midiáticas necessárias para se constituir um cidadão na Sociedade da Informação; e c) bloco denominado Política e Cidadania composto de cinco questões em que buscamos saber acerca da necessidade e demandas que este jovem tem ao empreender uma busca por informação na internet assim como conhecer seu nível de participação como cidadão ativo nas redes. Este bloco de questões intenciona estabelecer relação entre a internet e cidadania e os desdobramentos que esta diáde pode ocasionar nos modos de vida e no fortalecimento das relações individual e coletiva.

## **2 Alfabetização Midiática Informacional<sup>6</sup>: espaços de convergência comunicacional na construção da cidadania digital**

Percebida a princípio como áreas distintas sem vinculações possíveis, a Alfabetização Midiática e a Alfabetização Informacional passam a ser vistas pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO, 2013, p.11) como uma combinação de competências necessárias para a vida e o trabalho, pois expande o movimento pela educação cívica [...]. Neste sentido, esta perspectiva de convergência norteia a geração de um cidadão alfabetizado midiaticamente e informacionalmente, em

<sup>5</sup> Este questionário é aplicado duas vezes por ano e tem como objetivo uma análise qualitativa acerca do processo de aprendizagem do jovem, assim como mensurar os avanços que teve durante os 10 meses em que esteve participando do projeto de ações socioeducativas.

<sup>6</sup> É a base para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento, intensificar a liberdade de expressão e melhor a qualidade da educação. A AMI descreve as habilidades e as atitudes necessárias para valorizar nas sociedades as funções das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, bem como para encontrar, avaliar e produzir informações e conteúdos midiáticos, apresenta as competências fundamentais para que as pessoas participem de maneira eficaz de todos os aspectos do desenvolvimento. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002464/246421POR.pdf> Acessado em: 10 de maio de 2017.

condições adequadas de perceber e conceber informação de modos diferentes sob diversificados formatos ao ampliar a noção de leitura e escrita suportadas pelas TDIC em ambientes digitais.

Compreender e fazer uso responsável da Informação e das Mídias, é possível apenas a partir da construção de competências, atitudes e habilidades. Um cidadão empodera-se à medida em que torna-se consciente de seu fazer no mundo, é responsável pelo seu bem estar, situa e compreende o lugar e papel das Mídias, da Informação e da Comunicação, avalia criticamente seus conteúdos como usuário, usufruidor e produtor de informação e de produtos midiáticos, fazendo destes usos benefícios para sua melhoria e qualidade de vida, estímulo para o aprendizado ao longo da vida e para um estado de ser mais ampliado no exercício da cidadania.

As alfabetizações são frentes, frentes de estudo, frentes de pesquisa, frentes de trabalho. Linhas avançadas de objetivos, intenções, fundamentos e práticas que oportunizam e impulsionam o indivíduo em sua formação enquanto sujeito que intenciona transformação e ascensão pessoal, social, profissional. Alfabetização são combinações de colaboração, são coalizões de práticas sociais que produzem tramas complexas que vão além do lápis, do papel, da caneta, da lousa, do texto impresso, do codificar e decodificar.

O combinar de textos impressos e imagens visuais na construção de um texto multimodal que tornam as referências capital para seu entendimento, a usabilidade de interfaces de sistemas de interações que produzem ligações entre o eu e a sociedade produzem e fortalecem o fazer e seus significados. Nessa perspectiva, a convergência das mídias torna possível a construção de espaços de convergência comunicacional e de interconexões que ampliam e viabilizam aprendizagens diferenciadas, causando grandes mudanças nos processos de produção e distribuição da informação que em rede exploram interfaces das relações/interações independente do ambiente em que se encontram.

### **2.1. A Alfabetização Midiática Informacional e os limites impostos pela exclusão digital**

No mundo contemporâneo, as nossas escolhas, nossa capacidade de desfrutar de direitos fundamentais perpassa pelos modos como criamos competências

(conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) para lidar com a dinâmica multifacetada que hoje rege os processos de ensinar e aprender, de aquisição de informação, uso das mídias e construção de conhecimento. A centralidade da informação neste contexto mediado pelas TDIC nos faz pensar as práticas culturais, os novos modelos pedagógicos que se interpõem à necessidade da criação de estratégias e alternativas para um viver que seja pleno.

A importância da AMI enquanto política e estratégia na redução do “gap” entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às mídias - esbarra na questão da exclusão digital - ser capaz de buscar, analisar e avaliar a informação de modo crítico além de aplicar essa informação e o conteúdo midiático de modo consciente em suas tomadas de decisões depende da posse da tecnologia e do nível acesso que se possa vir a ter. Para promover a criação de sociedades baseadas no conhecimento, inclusivas, pluralistas, democráticas e abertas (GRIZZLE, 2016, p.12) é necessário pensar o grau de desigualdade social, cultural e econômica em que se encontra a população, assim como se faz imperativo pensar as políticas de inclusão digital que são viabilizadas pelo Estado e até por programas da sociedade civil. Além do que a percepção do que é estar incluído digitalmente sofre nuances consideráveis aos olhos de quem o analisa e das ideologias dominantes.

São inúmeras as referências, sejam de pesquisas ou de teóricos que assinalam e reconhecem que, a situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para as desigualdades de acesso as TDIC e a internet. Para Santos (2002) temos plenas condições técnicas e econômicas de acabar com as exclusões, entretanto é curioso e até paradoxal o fato de que, apesar de tudo, contribuir e tecnicamente ser viável é concretamente distante a resolução para o problema das exclusões.

O último mapeamento - realizado entre novembro de 2015 e junho de 2016 – feito pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil<sup>7</sup> (CGI.Br) – que mensura posse, uso, acesso e hábitos da população brasileiro em relação às tecnologias de informação e comunicação aponta que 58%<sup>8</sup> da população brasileira usam internet, em torno de 102

<sup>7</sup> Pesquisa TIC Domicílios – 2015 Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores>  
Acesso: 22 de junho de 2017.

<sup>8</sup> É definida entre a porcentagem de pessoas com acesso a computador e/ou a internet no domicílio e o total da população. O critério portanto é o número de computadores por domicílio com acesso à internet.

milhões de internautas. Os dados revelam que pessoas (95%) das classes mais abastadas utilizam mais internet e de modo decrescente esses dados quantitativos vão diminuindo em termos de uso, Classe B usa 82%, Classe C 57%, Classe D/E cai para 28%, esta última classe foi a que maior crescimento proporcional em relação à pesquisa feita em 2014, com um acréscimo de 7 pontos percentuais (de 21% para 28%).

Portanto, a inclusão digital é uma faca de dois gumes, a ideia emerge como meio de incluir o sujeito na vida social a partir da possibilidade de acessar informações, serviços públicos, produzir e difundir conhecimento, compartilhar vivências na internet, é hoje uma característica da própria natureza de cidadania. Por outro lado, a situação de exclusão digital associada ao crescimento em importância das TDIC no âmbito do desenvolvimento econômico dos países, traz à tona o risco de as desigualdades tornarem-se mais acentuadas fazendo com que os grupos excluídos tornem-se cada vez mais excluídos das práticas educativas e das oportunidades profissionais e consequentemente de geração de renda.

O instituto, ao promover a alfabetização midiática e informacional entre os jovens, vislumbra neste sentido, distanciá-los da nova dimensão de exclusão social: a incapacidade de participar da Sociedade da Informação, onde não basta apenas ter o acesso às TDIC, mas é necessário desenvolver habilidades para usá-las de modo efetivo passando pela aquisição de diversos tipos de competências relacionadas a era digital para que estas venham a contribuir para o livre expressar, para suas tarefas e atividades trazendo conhecimento e oportunidades.

Os dados a seguir é condição *sine qua non* para nos fazer perceber o quanto é fundamental uma atitude de caráter alfabetizador, para a construção de competências e de sentido que venham a afiançar as diversificadas práticas de usos das TDIC, da informação e das mídias, afora a necessidade de políticas públicas de inclusão digital que diminuam o fosso existente entre as classes, em que se efetive a democratização do acesso às TDIC e suas potencialidades acesso à internet que permitam a todos a inserção na sociedade da informação.

Advindos das classes D/E, 89.9% com renda familiar até dois salários mínimos, 18.3% dos pais são analfabetos, 39.7% não concluíram o ensino fundamental, 10% das mães são analfabetas e 40.5% não concluíram o ensino fundamental. Com faixa etária de 14 a 24 anos, destes 82.7%, tem idade entre 14 e 17 anos, 92.3%, cursando ensino

fundamental e médio, apenas 2.8% destes jovens trabalham ganhando até um salário mínimo. Destes, 83.2% afirmam ter tido contato com o computador, 82.7% dizem ser muito importante o papel da informática na sociedade, 79.6% diz conectar-se a internet através de smartphone, 47.9% estão conectados à internet em suas residências, 29.5% diz utilizar a internet todos os dias e 36.7% diz buscar informações relacionadas a estudos e pesquisa escolares.

Em relação aos recursos midiáticos - com a frequência de sempre - 26% ouve música em rádio, 23.1% vê televisão e apontam os noticiários como sua preferência, precedido das telenovelas 16.8%, em se tratando da frequência com que leem livros 20.53% o fazem sempre, quando passamos para os quadrinhos 6.4% jovens dizem ler, quanto aos jornais apenas 6.26% dos jovens leem sempre, o que faz referência a leitura de revistas 5.2% jovens disseram fazê-lo sempre. Os smartphones concentram hoje um número tão grande de funcionalidades, que seus recursos já substituem mídias como a TV, rádio, livros, jornais, revistas que faziam parte do dia a dia.

Dados<sup>9</sup> mais recentes (2016), apontam que a inclusão digital ainda é um grande desafio para o Brasil que situa-se na 18ª posição de um ranking entre 75 países que identifica as condições de acesso à internet. A pesquisa<sup>10</sup> situa o Brasil com nota 78 na posição geral, em uma mensuração que vai até 100. Este mesmo estudo também mostra que o Brasil está entre os dez países do mundo com maior número de população desconectada, cerca de 70 milhões de brasileiros estão sem acesso à internet. Portanto, o desafio que se apresenta é criar condições efetivas de acesso e participação no espaço virtual e para tanto há de se considerar a promoção de uma mudança estrutural no desigual perfil socioeconômico do país.

### 3. Aporte para a cidadania digital

Dentre inúmeras apreciações, ao conceito de cidadania, têm sido conferidos desafios interpostos à Informação — enquanto prática social que implica modo e ação do sujeito tendo como objetivo situar-se no mundo - em sintonia com a sociedade

<sup>9</sup> Informações disponíveis em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2017/03/03/inclusao-digital-ainda-e-desafio-para-o-brasil.html> Acesso em: 12 de maio de 2017.

<sup>10</sup> Concretizada durante o ano de 2016 a partir de uma parceria entre o The Economist Intelligence Unit e o Facebook tendo como fonte de investigação diversas fontes incluindo a União Internacional de telecomunicações (ITU) e especialista da área.



contemporânea caracterizada por avanços técnicos e científicos sem precedentes. As mudanças conceituais aferidas ao léxico tem se alargado enormemente, a ponto de, a plasticidade conferida a este, plasmar outros modos de sentir, pensar, olhar, compreender, aprender, agir e comunicar-se.

Nessa direção, o conceito de cidadania tem lidado nas últimas quatro décadas com muitas variações quanto a sua significância, tanto no que diz respeito ao conceito jurídico que se revigora continuamente frente às transformações sociais, como mediante as mudanças de padrões ideológicos assim como a partir do contexto histórico em vigor. Vale observar, a propósito, o que, já no século XX da década de 60, Marshall (1967, p. 63-64) em ‘Cidadania, classe social e status’ em sua clássica discussão diz que, o conceito evoluiu de modo gradativo e processual e não por concessão, mas por lutas, reivindicações nos campos civil, político e social, portanto, conquistado.

Não mais se fala acerca de apenas uma noção de cidadania, mas de múltiplos sentidos de cidadania, que vão desde sua noção mais elementar à noção contemporânea de ser cidadão e as possibilidades emancipatórias que esta configuração nos dias de hoje permite, que analisa de modo relacional e processual o engajamento social de cada sujeito e coletivo e pondera a constituição e as dinâmicas das redes sociais, sejam físicas ou virtuais.

Os meios digitais, a internet e mais especificamente as redes sociais têm eliminado as fronteiras espaciais da comunicação dando novos contornos ao conceito de cidadania ao permitir a aproximação dos povos e o entrelaçamento das suas culturas. Este novo contexto tem se afigurado objeto complexo, exigindo portanto um educar que dê conta da quantidade excessiva de informação que se projeta no discurso massivo das mídias - principais forças dinamizadoras - que mobiliza para confrontação e impulsiona condições propícias das mais variadas formas de participação social, política e cívica na sociedade democrática.

Educar ‘na’ e ‘para’ cidadania propõe promover uma cultura de sustentabilidade que comporta o compromisso e a responsabilidade pessoal e social em que atitudes, costumes, relações como os outros, cada vez mais multiculturais e heterogêneas, relações com as coisas/sujeitos situadas nas esferas públicas ou privadas que suscitam controvérsias em torno do que se pode e não se pode e das relações com o entorno, em um mundo em que várias globalizações atuam simultaneamente (SANTOS,

2003) tem tornado tênues as linhas fronteiriças.

Nessa perspectiva, o exercício de cidadania alarga-se à medida de crescimento exponencial e não linear e portanto não se pode voltar as costas para a realidade posta pelas redes, a maior parte do referencial de mundo dos jovens vêm das mídias e da internet. Deste modo, as práticas de cidadania estão a acontecer também em espaços não convencionais e virtuais, não se restringem aos serviços disponibilizados pelo governo em plataformas – serv.gov.br - que ampliam e simplificam o acesso dos cidadãos aos serviços públicos digitais, assim como dá transparências as ações promovidas pelo Estado.

Não bastam os canais de comunicação entre governo e cidadão, que se configuram uma corporação política organizada com legitimidade para representar o interesse público e coletivo. A cidadania digital vai muito além, a internet é utilizada como canal de comunicação e disseminação de informação e reivindicações - sem intermediação outra - tem ordenado e difundido ações através de grupos, social e politicamente engajados. O ciberativismo como é denominada a característica que reforça o conceito de cidadania no ciberespaço, busca o apoio, a discussão e a troca de informação, modificando e potencializando o conceito de participação social.

Esta nova dimensão política e social de cidadania, procura conscientizar e/ou promover uma causa junto à população, organizar e mobilizar indivíduos para ações. Estas ações podem ser por causas sociais através de campanhas, petições, ou ainda a confirmação da presença em algum evento. Ativismo político e social também é exercício de cidadania. Garantir o acesso livre e democrático a internet é garantir e legitimar os exercícios cidadãos neste espaço transformador.

Segundo Castells (2005) as TDIC têm levado a sociedade contemporânea a se organizar por meio de complexas redes de relacionamentos socialmente estruturadas, e economicamente motivadas. O autor sugere ainda que, ter domínio ou ao menos ter conhecimento das tecnologias é fundamental para o desenvolvimento das sociedades e sua expressão estratégica e decisiva em uma posição sócio-histórica determinante para a realização de transformações sociais. Castells (2005) insinua que a educação neste contexto assume um papel de grande relevância para o desenvolvimento tecnológico e para as transformações sociais na contemporaneidade.

A capacidade de utilizar e aplicar as Tecnologias Digitais de Informação e

Comunicação (TDIC) nos cotidianos vivenciados de modo consciente, ético e responsável, é princípio fundante para a construção efetiva de uma cidadania digital. Esta, a rigor, possibilita a ampliação e o aprofundamento da imersão do cidadão na chamada Sociedade da Informação (CASTELLS, 2005).

O conceito de Cidadania Digital e sua significância não se limita ao que comumente temos percebido em grande parte da literatura da área que conceitua, define e descreve a Cidadania Digital. De modo assaz simplista, limitando-a ao “uso da tecnologia de forma responsável por parte das pessoas” (RIBBLE, 2010) - é isso e não só. Mike Ribble (2010) descreve nove elementos - Acesso digital; Comércio digital; Comunicação; Alfabetização digital; Etiqueta digital; Lei digital; Direito & responsabilidade digital; Saúde & bem-estar digital e Segurança digital - que considera constitutivos da Cidadania Digital. Em nossa compreensão, o autor tem uma visão utilitária da Cidadania Digital – geradora de normas de controle - ao perceber a tecnologia como dimensão instrumental da realidade humana, mera ferramenta de mediação que amplia as nossas possibilidades de ação, ao tratá-la como norma de uso apropriado, estando esta, restrita à segurança no mundo virtual.

Desse ponto de vista, Cidadania Digital em nossa compreensão vai muito além da dimensão instrumental ao qual tem sido tão somente situada. Temas como segurança, privacidade, certificação digital, e-commerce, etiqueta Digital, legislação na rede, saúde, alfabetização e comunicação digital, são pontos de partida e servem de base para se alcançar um conceito de Cidadania Digital pleno, tal qual seu conceito físico e um exercício que gradativamente venha a se constituir parte inerente do ser humano que transita no mundo virtual.

A Cidadania Digital fortalece-se e empodera-se à medida em que as pessoas e os coletivos passam a ter consciência de seu papel enquanto cidadão(s) no ciberespaço que em processo de transferência também é cultural, social, político e econômico, à medida em que as leis passem a ser escritas dando conta dessa nova *ágora*. Consolida-se à medida em que este novo cenário seja espaço de constante atuação de movimentos tendo em vista mudanças político-sociais, culturais e econômicas e a estabilização de um Estado de Bem-Estar Social.

#### 4 O caminho metodológico à seguir

Este trabalho busca em seus propósitos uma estratégia de investigação que compatibiliza quantitativo e qualitativo como recurso metodológico tendo em vista a ampliação e compreensão maior dos resultados, o entrelaçamento de aspectos mais concretos e mais aprofundados em seus significados (MINAYO, 1996, p. 16), neste sentido, acredita-se que, o método de pesquisa quanti-quali implicam uma análise dialética que nos autoriza recorrer a aspectos e elementos que se completam legitimando uma interpretação ampliada dos resultados.

Organiza-se esta investigação, a partir de dois elementos: revisão bibliográfica e pesquisa empírica. Estes elementos integrados, foram operacionalizados tendo em vista sua transformação em atuações e resultados a partir da “experiência, vivência, senso comum e ações”, (MINAYO, 2002, p. 14). Neste cenário, a revisão bibliográfica ostenta função orgânica, pois, para efeito de estudo, desenvolve-se uma revisão sistemática cuja revisão integra periódicos indexados nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), na coletânea Scientific Electronic Library Online (SciELO) e em livros específicos da área em discussão central período compreendido entre 2011 e 2017 e dos clássicos das ciências sociais entre 1967 e 2005.

Situada no procedimento técnico do estudo de caso, em que são utilizadas uma ampla variedade práticas interpretativas interligadas tendo em vista assegurar uma compreensão - menos superficial possível - do fenômeno em questão. A pesquisa empírica que envolve todo planejamento para a construção dos dados teve como ambiente o Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ) dado a quantidade de jovens (1200) inseridos e por ter suas atividades socioeducativas voltadas para Infoinclusão social suportada pela Alfabetização Midiática e Informacional. Para atender ao objetivo deste trabalho aplicou-se um questionário online<sup>11</sup> em que os dados foram construídos e analisados a partir do pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

<sup>11</sup> Composto de doze partes que compreendem: dados pessoais básicos; sobre suas características individuais, étnico-raciais, religiosas, educativas, gênero; características do domicílio; expectativas sobre trabalho; grau de satisfação com a vida; sobre lazer o que gosta o que deixa de gostar ou o que gostaria de ter como lazer; sobre o ILBJ e seu grau de satisfação e relação a instituição; sobre a contribuição do ILBJ em suas vidas; em relação aos seus saberes; sobre seus interesses pessoais e profissionais; sobre acesso à internet e por qual meio; sobre as competências informacionais e comunicacionais e a cidadania. Este questionário nos ajuda a compreender em que nível de aprendizagem se encontra, como entra e quais os ganho intelectuais são adquiridos após o término do projeto, este questionário nos dar as principais características desses jovens o que facilita sobremaneira repensar os planejamentos dos módulos.

Mesmo tendo o conhecimento de que em pesquisas qualitativas a questão central está na dimensão de sujeitos “socialmente significativos” considerando a diversidade de suas características, cultural, social e econômica (BRÜGGEMANN; PARPINELLI, 2008, p. 564), procurou-se abarcar de modo aleatório número maior possível de jovens (750). Em nosso caso específico a pesquisa quantitativa mais pertinente apresenta-se como a de amostragem estratificada proporcional, comumente utilizada quando a população divide-se em sub populações (estratos) medianamente homogêneos.

## 5. Perambulando pelos dados da pesquisa

Resultados de uma investigação que envolvem jovens respondentes são sempre surpreendentes. Primeiro porque as contradições e incertezas próprias da idade se manifestam nos resultados dando margem à incongruências, e segundo, advindos da escola pública de qualidade em sua maioria questionável, muitos desses jovens têm dificuldade de ler, compreender e interpretar o que leem, somada à isso os modos de cotidiano familiar e comunitárias pouco favoráveis à construção do hábito da leitura.

Tais pressupostos nos coloca diante de uma perspectiva de análise baseada em determinantes sociais, econômicos, culturais e políticos, nos dar margem a uma análise cujos resultados subjaz como fundamento relacionados às desigualdades sociais e econômicas a que estão imersos.

O jovem respondente tem hábitos em seus momentos de lazer que vão desde ouvir música - a sua primeira opção - 26% responderam fazê-lo com frequência, em seguida vem a TV no formato noticiário 23,2%. O cinema não é uma procura significativa para o lazer e entretenimento, apenas 3,1% dizem fazê-lo como primeira opção em busca de lazer fora de casa, estes dados nos leva a pensar acerca de duas hipóteses: A primeira, está relacionada ao fator econômico – que neste caso é preponderante, afinal os custos de ir ao cinema são altos para famílias que tem como renda até dois salários mínimos – a segunda hipótese erguida, diz respeito a este jovem não ter nas narrativas cinematográficas uma relação de proximidade e por conseguinte não consegue negociar e nem produzir sentidos a partir das intencionalidades do produto, processo este mediado pelo contexto social, cultural, político e econômico.

Explorar as mediações e os espaços onde acontecem as interações entre

produção e recepção midiática é uma ideia proposta por Martín-Barbero (2002), este considera que, para haver mediação é necessário a existência de instâncias fundamentais como a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Pensar o receptor não como alguém inócuo as circunstâncias e contingências, mas a partir das interações que ele estabelece em seu cotidiano. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 60)

Ao tratar os hábitos de leitura é visível que esta prática não é valorizada como instrumento de lazer em todos os seus formatos, conforme pode-se constatar no quadro abaixo,

**Quadro 1 – Hábito de Leitura**

Produto	Leem Sempre	Leem às vezes
Livros	20.5%	45.7%
Revistas	5.2%	56.9%
Quadrinhos	6.4%	49.8%
Jornais	6.2%	44.6%

Apesar dos dados acima, os jovens dizem em 93,6% que sentem desejo em aprender, 52,1% dizem em primeira opção que para conseguir emprego o aspecto mais relevante é a escolaridade, o que ao nosso perceber é um contrassenso, já que o ato de ler está intrinsecamente relacionado ao ato de aprender e ao avanço do nível escolar, não se constrói conhecimento sem leitura. Em razão disso, há de se levar em conta a baixa escolaridade dos pais e/ou responsáveis – 80,2% não concluíram o ensino fundamental e 19,8% são analfabetos – fator de relevância para construção de uma base social importante que por conseguinte, interfere na melhoria dos resultados dos filhos.

Alguns estudos, apontam o desinteresse na leitura como um fator impulsionado pelas TDIC - muito em particular não é assim que percebemos as mudanças que veem ocorrendo – em nosso entendimento, nunca se leu tanto quanto hoje o fazemos, embora seja evidente o problema relacionado a falta de adensamento do que se lê e a ausência de envolvimento necessário para compreensão da leitura que se faz, o fato é que se lê. A descentralização e a abertura próprias da natureza desta mídia, são fatores que podemos apontar como justificativa, mas não só. Carr (2017) conta que, para isto há custos associados, os estímulos e distrações que nos impede de concentrar, fazem com que sobrevoemos as coisas, passar de uma à outra, a torto e a direito em uma profunda

viagem pela superficialidade.

Cabe notar que os sujeitos que sabem na Sociedade da Informação não são os mesmos letrados relativos aos dos séculos XIX e XX, além de que houveram mudanças nos modos e suportes de leitura - os sistemas computacionais interativos, a internet, os games são alguns destes - o mundo vivido distingue-se pela heterogeneidade e pluralidade das formas de conceber a realidade, nesta perspectiva se definem outras narrativas e outros saberes no processo de construção do conhecimento. Destarte, são modos de ler que se revelam e traz à luz um novo leitor com características próprias, concernente à realidade veloz, volátil e repleta de incertezas.

Levando em conta tais considerações, concluímos que é compreensível a dificuldade encontrada nos jovens em entender os contornos do ser e estar incluído digitalmente, de usos das TDIC e acesso à internet, de identificar informações de seu interesse e seguras, um jovem que não sabe onde e nem como encontrar os canais adequados para sua participação - embora afirme o contrário – muito por conta de estar inserido em uma escola que não consegue acompanhar o caminhar acelerado da Sociedade da Informação e do conhecimento em rede e que portanto não os tem preparado para tanto.

### 5.1. Diálogo entre dados

Trabalham-se nas análises dos resultados o confronto das questões de três blocos distintos (Interesse, Aprendizagem e Política e Cidadania), o diálogo a que nos propomos estabelece – em alguns momentos desta análise - um comparativo entre pesquisa feita a partir do ILBJ e as pesquisas feitas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) através de sua pesquisa TIC Domicílio 2016<sup>12</sup> e pela Fundação Telefônica<sup>13</sup> na pesquisa Juventude Conectada 2015<sup>14</sup>.

O primeiro bloco de questões constando de seis questões versam sobre o ‘interesse’ dos jovens em relação ao uso das TDIC e ao acesso da internet. Neste bloco podemos perceber o nível de inclusão digital por posse do aparelho digital e acesso à

<sup>12</sup> TIC Domicílios – 2016 Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores> Acesso em: 05 de setembro de 2017.

<sup>13</sup> Fundação Telefônica, Juventude Conectada 2015 Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Juventude-Conectada-2016.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2017.

<sup>14</sup> Juventude Conectada 2015, Fundação Telefônica, optamos por este recorte por compreender a faixa etária da instituição onde foi feita a pesquisa

internet, observa-se que, de modo geral as semelhanças proporcionais entre pesquisas são evidentes. Ao entrelaçar as pesquisas optamos por fazê-lo seguindo o âmbito nacional de acesso e posse relacionados a pesquisa TIC Domicílio 2016, enquanto uso e hábitos deixamos à cargo da pesquisa Juventude Conectada 2015 por estar mais próxima do perfil do respondente desta pesquisa.

### 5.1.1. Dispositivos digitais: posse e usos

A leitura dos dados a seguir, vai além da polaridade entre os que têm ou não têm a posse do computador e acesso à internet, distingue alguns determinantes – sociais e econômicos - da exclusão digital apresentando suas implicações para não participação cidadã nas redes. Embora alguns dados, como a posse do dispositivo digital sejam semelhantes proporcionalmente em termos quantitativo, esta mesma posse se apresenta desigual, bastando para isto observar a distância que se exhibe entre as classes A, B em relação a C, D/E quanto a posse do dispositivo e acesso à internet.

Há neste sentido um padrão de desigualdades que persiste em relação a penetração do computador nos domicílios entre as classes A (99%), B (84%), C (47%) e D/E (13%), região Sul 54%, Sudeste 58%, Centro-Oeste 44%, Norte 30% e Nordeste 38%, zona urbana 59% e rural o percentual de (26%).

Em se tratando do acesso à internet este também se mantém desigual entre as classes, região e zona. Os resultados da pesquisa Tic Domicílio 2016<sup>15</sup>, 54% (36,7 milhões de domicílios) do total das residências brasileiras possuíam acesso à internet, em sua proporção por estrato social a classe A (98%), encontra-se praticamente universalizado, a classe B (91%), C (60%) e D/E (23%), segundo esta mesma pesquisa aproximadamente 30 milhões de domicílios das classes C e DE estão desconectados o que demonstra quase a metade do total dos domicílios brasileiros.

A realidade da pesquisa nacional nos aproxima proporcionalmente e mais do que dados numéricos, qualitativamente há semelhanças inquestionáveis, tanto no que tange a posse do dispositivo digital quanto ao que abarca os dados relacionados ao acesso à internet. Questionados acerca da existência de quais dispositivos digitais que possam ter conexão em suas casas, 45,3% responderam que existe um (01) aparelho, 24.7% dois

---

<sup>15</sup>Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2016.



(02) aparelhos, 15,9% não há nenhum aparelho em suas residências e 14.1% respondeu que há três (03) ou mais aparelhos.

Quanto ao computador de mesa 80.2% disseram não possuir, em contrapartida aos 19.8% que dizem possuir um ou mais, este fato por si só não define a exclusão digital, pois, constata-se que entre os setecentos e cinquenta (750) jovens respondentes 84,1% possuem algum tipo de dispositivo que possam ter conexão, assim, concluímos que proporcionalmente o nível de inclusão digital do ponto de vista da posse é alto.

O celular é o dispositivo digital mais utilizado pelos jovens, desta pesquisa, para acessar a internet, 79.6% dizem possuir e fazer uso deste na busca por informação, 55.5% destes o faz em busca de conteúdos para escola, buscas científicas, estudo/pesquisa. Cabe salientar que o acesso à internet se dá em 47.9% em seus domicílios o que permite maior mobilidade social e estabelece conexões múltiplas, livre das amarras das limitações impostas pelos espaços escolares ou sociais que buscam salvaguardar dos riscos virtuais através da segurança digital. Estes dados analisados tendo como parâmetro de comparação a pesquisa Juventude Conectada 2015 nos fornece impressões de que o jovem de nossa pesquisa se encontra a nível de inclusão digital, considerando a dimensão do acesso a tecnologia, em conformidade proporcionalmente com a média nacional, Classe A 86%, frente aos das classes B 75%, C 69% e D 54%.

Na mesma pesquisa – Juventude Conectada - o jovem também tem em sua residência o local em que mais acessa a internet em percentual de 63%. São os jovens da classe D que proporcionalmente mais acessam a internet via celulares a partir do próprio domicílio (76%) este índice deve-se ao fato do valor de um celular que difere enormemente em relação a um computador de mesa, notebook ou tablete.

Atrelado a este fato, constatamos que tanto o jovem da pesquisa nacional em percentual de 52,1% (não possuidor de acesso à internet em sua residência) quanto aos jovens pesquisados – quando em se tratando da classe D/E - através das pesquisas com as quais estabelecemos parâmetros de comparação, apontam que os motivos que o deixa a parte de acesso à internet está ligada por ordem de importância: primeiro a falta de recurso econômico (custo elevado), a falta do computador, em segundo a falta de interesse, e por fim a falta de habilidade como o computador.

Revelou-se na construção dos dados que a frequência com que os jovens

acessam a internet em busca de informações de modo geral, somado os que acessam todos os dias e ao menos uma vez ao dia é de 52,2%, na média nacional 40% dizem fazê-lo todos os dias mais de uma vez ao dia (Telefônica, 2015). Nesta pesquisa, 23,3% uma vez por semana, 22,3% confirmam fazê-lo várias vezes ao meses sem especificar quantas vezes por dia ou por semana e 2,3% diz nunca fazer acesso à internet. Em contrapartida na pesquisa Juventude Conectada, 25% pelo menos uma vez por semana acessam a internet, 5% pelo menos uma vez ao mês e 4% não faz qualquer acesso.

O jovem respondente neste sentido, tem atuação proporcionalmente que vai além a média nacional. Nesta perspectiva, podemos considerar que este jovem é inserido digitalmente e que, o fato de não ter participação efetiva nas redes - no exercício da cidadania digital - não está atrelado à ausência das TDIC, mas ao fato da falta de aprendizagem necessária para que possa transitar no mundo virtual com a mesma desenvoltura com que faz no mundo físico.

Prescinde portanto, de uma alfabetização midiática e informacional que lhes possa tornar capaz de exercer com competência o exercício de cidadania. Embora tenhamos observado que nas três pesquisas – aqui analisadas - a internet pontua como meio mais utilizado para as pesquisas escolares e estudos e que segundo a pesquisa Juventude Conectada 2015, encontra-se consolidada enquanto suporte para pesquisas, tarefas e trabalhos quanto para a obtenção de informações sobre cursos e atividades educativas e de capacitação (TELEFÔNICA, 2015, p. 28).

Observamos que na escola e no ILBJ são os espaços em que menos fazem acesso à internet, 28% na média nacional dizem fazer acesso na escola, no ILBJ o quantitativo é de 10,1%, destes respondentes 4,4% diz fazer acesso à internet na escola regular. Com esta pesquisa constatamos, primeiro que a escola não favorece a Infoinclusão cidadã do jovem, já que os dados comprovam que os espaços em que mais deveriam ter acesso é o menos o fazem. Segundo que, o ILBJ projeto social que tem em seu eixo de estruturação pedagógica o conceito de Infoinclusão social não viabiliza aos adolescentes e jovens assistidos a efetiva utilização de seu parque tecnológico com máquinas de última geração em instância de web 3.0<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Web 3.0 ou Web Semântica, é a união das Web antecessoras – Web 1.0 e Web 2.0 - as máquinas se unem aos usuários na produção de conteúdo e na tomada de ações, tornando a infraestrutura da internet, de coadjuvante para protagonista na geração de conteúdos e processos, e portanto a democratização da capacidade de ação e conhecimento, Tim-Berners Lee(2001)

As redes sociais é um caminho relativamente novo e de extrema sedução principalmente para adolescentes e jovens - no Brasil segundo a Telefônica (2015) 58% acessa as redes sociais mais de uma vez ao dia nesta pesquisa 40.8% dedica ao dia de trinta minutos a duas horas/dia, 10.9% dedica de duas a cinco horas diárias, 10.3% está conectado às redes sociais todo tempo, 4.5% está conectado as redes sociais de cinco a sete horas diárias, 33.5% acessam as redes sociais menos de trinta minutos diariamente - significa entre tantos movimentos os colocar diante de uma diversidade imensa de possibilidades de interação. A rede social tem se tornado diante dos olhos e sentidos dos jovens uma referência de liberdade de expressão e autonomia, impacta portanto no comportamento e atitudes. Podemos observar que o jovem desta pesquisa privilegia a comunicação interpessoal tal qual a média nacional 37.3% e que as redes sociais encontra-se no topo de suas preferências da atividades realizadas na internet.

O fato de estarem conectados com tanta frequência não os faz capaz de utilizar as redes sociais como espaço de participação cidadã, a preferência está em compartilhar o seu dia-a-dia, fotos e acompanhar os amigos, muitos desconhecem as redes sociais como espaço de participação dinâmica em resolução de 'coisas', tensões e conflitos. Neste apanhado de dados 79,6% dos jovens responderam nunca terem participado de algum tipo de movimento político ou social de reivindicação, este é mais um dado que nos confirma que se torna inadiável o trabalho efetivo de alfabetização midiática informacional (AMI) em que sejam apresentadas aos jovens as dimensões das competências imperativas para que possam se tornar protagonistas de suas próprias vidas e de seu tempo, afinal, cada um de nós é uma espécie de encruzilhada onde acontece coisas. (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 10).

### **5.1.2. Aprendizagem: resultados dissonantes**

Obviamente que estar incluído digitalmente não implica apenas a posse da tecnologia, a inclusão digital deve ser vista sob o ponto de vista ético que levará o sujeito a ação da cidadania digital - a construção da cidadania e suas práticas se concretizam, em nosso perceber, a partir do acesso e uso da informação e das mídias - podendo ser definida como aquela que possibilita ao cidadão atender as suas demandas de informação, comunicação entre seus pares, a comunidade e o Estado. O fato de

possuir e não possuir a tecnologia e sua infraestrutura de acesso é apenas um dos fatores que levam um sujeito a ser considerado incluído ou excluído digitalmente, não é o único e nem o mais relevante (BONILLA, 2001).

Sem qualquer sombra de dúvida, o estar incluído digitalmente e ser protagonista na consolidação de sistemas democráticos requer empoderamento e engajamento político, mas antes, a rigor, se faz necessário que a aprendizagem seja efetiva, que a Alfabetizações Midiática e Informacional – aqui proposta - cumpram seu papel, que afiancem as demandas educacionais, sociais, econômicas e culturais surgidas das mudanças potencialmente empreendidas pelas TDIC e internet.

O cenário apresentado por esta pesquisa no bloco intitulado aprendizagem não nos surpreende de todo, mas, nos dá muito ‘pano para manga’, ao pensarmos acerca de quais competências são necessárias serem adquiridas para a participação na Sociedade da Informação e que, para além da inclusão digital há de se considerar que conhecimentos, habilidades, comportamentos e atitudes são imprescindíveis para a comunicação a criação e a colaboração. Neste sentido, “a produção de uma população com alfabetização midiática e informacional é essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade. (UNESCO, Cetic.br, 2016, p. 27)

Iniciamos esse bloco de questões com a seguinte pergunta: Você se considera competente no momento de buscar informações na internet? "Domina as habilidades de busca, elaboração de estratégias, utilização de ferramentas de pesquisa, como os buscadores (Google, Yahoo, etc.) para refinar sua busca ou até efetuar uma busca avançada", 80.9% respondeu ser competente. Para avaliar a questão acima solicitamos ao jovem que atribuísse nota de um (muito ruim) a dez (muito bom) à sua habilidade em relação aos diferentes aspectos dos conhecimentos abaixo relacionados.

**Quadro 2 – avaliação da habilidade de busca**

Habilidades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Saber como e onde pesquisar uma informação pública na internet	10.4%	3.8%	1.8%	2.5%	11.4%	8%	6.8%	12.9%	20.8%	21.3%
Avaliar a qualidade das Informações pesquisadas na internet	10.5%	5.2%	4.6%	5.4%	16.5%	7.8%	12%	11.6%	14.9%	11.2%
Utilização efetiva da informação pesquisada no seu cotidiano	10.9%	5.7%	4.5%	5%	16.6%	11%	10%	12%	13.3%	10.6%

Utilizar do contato entre Cidadão e Estado na internet para reivindicar, sugerir, questionar, extrair informações	13.4%	6.5%	7.7%	8%	16.5%	9.7%	9.7%	6.9%	12.1%	9.2%
Efetuar compras na internet	37.6%	6.1%	5.7%	5.3%	9.3%	5.7%	5.8%	6.8%	8.5%	8.9%
Efetuar pagamentos pela internet	39.2%	8.5%	6.9%	5.8%	10.2%	4%	6.1%	4.9%	6.5%	7.6%
Saber como buscar na informações sobre emprego na Internet	16.4%	3.7%	6.4%	5.3%	13%	6%	7.8%	9.4%	16.5%	15.2%

Fonte: Instituto Luciano Barreto Júnior, abril 2017

Há coerência entre as duas primeiras questões do questionário no resultado final em âmbito geral, 84% afirma ser competente nas habilidades de busca, acesso e apropriação da informação. Entretanto, ao serem pormenorizadas as questões, as respostas nos trazem incertezas quanto a competência informacional desse jovem que no geral afirma ser competente (80.4%).

Ao observar o quadro acima percebemos que o jovem respondente tem um nível de habilidade e competência informacional que muito deixa a desejar, a exemplo da avaliação em relação a qualidade da informação o percentual em escala de 1 a 10, muito ruim 10.5% e muito bom 11.2%, este percentual é insignificante diante de setecentos e cinquenta respondentes dos quais 80.4% afirmam ser competentes. Efetuar compras/pagamentos na internet 76,8% dizem ser muito ruins, o comércio eletrônico embora tenha se revelado menos importante para o jovem brasileiro conectado 46% deles declaram realizar tal atividade e destes 26% afirmam fazê-lo uma vez ao mês pelo menos (TELEFÔNICA, 2016, p. 29)

Na busca por emprego o percentual de muito ruim (1) 16.4% assemelha-se ao percentual de muito bom(10) 15.2%, há neste quesito um diferencial em relação as demais respostas, que pode ser explicado através dos 64.3% que diz acessar os portais públicos em busca de oportunidade de emprego. Importante notar que 80.1% desconhece a Lei Brasileira de Acesso à Informação Pública, destes 55.5% conseguem distinguir entre o que é informação pública e informação privada, 55.9% têm convicção de que as informações contidas nos sites e.gov são somente informações públicas e que estas devem ser divulgadas independentemente de serem solicitadas.

Interrogados sobre terem visitado algum portal de acesso à informação do governo brasileiro na internet, 45.9% disseram nunca haver ter feito a visita, 23.1%

apenas uma vez, 28.3% algumas vezes e 2.5% frequentemente. 66.6% dizem ter feito o acesso para si e 24.9% para os pais. Por grau de importância os temas são: trabalho 64.3% seguido de Direitos e Cidadania 35.5% em seguida à saúde 33.6% depois à segurança 22.8%, cultura 19.8%, economia 17% e sustentabilidade 11.9%. Em escala de um a cinco para mensurar o grau de satisfação com as informações pesquisadas na internet relativas ao governo brasileiro 33.8% pontuaram grau três, 59.4% afirmam que estas informações não atenderam suas necessidades.

Rematamos este bloco de questões considerando que o jovem respondente embora afirme ser capaz de buscar, acessar e apropriar-se da informação com competência, denota apreciável fragilidade nas habilidades que promovem a infocidadania. Frente a essa realidade, a escola e demais espaços de construção de conhecimento têm papel central para a formação de cidadãos que sejam competentes no domínio das fontes de informações e críticos diante das mídias. O que faz um sujeito ser incluído digitalmente e competente em mídias e informação é a posse de um capital intelectual que tenha o alcance de compreensão das dimensões dos aspectos que hoje suportam a realidade vivida.

### **5.1.3. A atuação político e cidadã e o nível de participação**

Neste grupo de questões podemos nos certificar de que política e cidadania são conceitos que encontram-se tão intrinsecamente relacionados quanto intrigados, que a desordem acerca de seus sentidos e significados confundem a muitos. Existe no imaginário do povo uma distinção, já naturalizada, que define política como algo menor que cidadania, algo que está relacionado ao sujo, a corrupção, ao roubo e a cidadania por sua vez em sua suposta superioridade é a ação que viabiliza o bem comum a igualdade social e dignidade coletiva. Esta distorção retoma, pois, a fala da escola ao recursar a aplicação do termo política em seus planos pedagógicos quando diz que o seu trabalho é a promoção da cidadania sem interferência da política.

O jovem percebe a política como algo a parte de sua vida cotidiana, que diz respeito apenas ao Estado e aos políticos, esta é uma visão pequena, estreita, a escola precisa abandonar a recusa de inserir em seus planos pedagógicos a política em sentido pleno/amplo, é dever, sim, de toda e qualquer escola, assim como os espaços não formais de aprendizagem a inserção do conceito em sua malha de conteúdos. Política e

cidadania são conceitos imbricados por natureza, um não sobrevive sem o outro, em caso se subtração da política haverá impossibilidade da cidadania existir. Arroyo (1995, p.74), nos faz lembrar que, uma educação voltada para o exercício da cidadania em seu sentido mais pleno, em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam. Uma concepção de cidadão enquanto sujeito político que exige “uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política”.

Estar a par politicamente dos aspectos que permeiam a vida da sociedade é fator de relevante importância para o fortalecimento da cidadania, as respostas obtidas neste bloco dá margem a múltiplas interpretações, estas se diluem em incertezas quanto a real demanda de cidadania e participação desses sujeitos juvenis. Educação e trabalho são duas áreas que na percepção dos jovens são de fundamental importância conhecer para saber como gerir a vida e seus processos de crescimento pessoal e profissional. O grau de interesse do jovem no momento da pesquisa relacionado à educação é de 45.4%, ao trabalho 48.8%, estes percentuais estão em consonância com o grau de interesse e prioridade que têm em suas vidas.

Para 48.1% dos respondentes as redes sociais é um meio de acesso à informações, sentem-se informados em relação as coisas do cotidiano, aos noticiários políticos e econômicos e por ficarem por dentro das novidades, notícias relacionadas a saúde e trabalho. Um percentual de 73.9% diz sentir-se cidadão participante informado ao utilizar as redes sociais como fonte os argumentos são variados como pode-se ler a seguir,

*Se tanta gente usa as redes sociais é porque é seguro e as informações são confiáveis. (J.1)*

*Alguns, eu considero alguns sites confiantes, com base nos tipos de profissionais. (J.2)*

*Seguir páginas de jornais, rádios são fontes de que dão informações sobre nossa cidade e também sobre as notícias boas e ruins que há. (J.3)*

*Todas as novidades de jornais e revistas eu encontro nas redes sociais. (J.4)*

*Grupos e páginas me dão informações relacionadas a política,*

*economia, cultura e sexualidade. (J.5)*

É significativo pensar, então, o porquê de 73.9% diz sentir-se cidadão informado ao utilizar as redes sociais no entanto, interrogados acerca de ter participado por meio das redes sociais de algum movimento/reivindicação político/social, 79.6% responderam não ter participado em momento algum do seu estar nas redes sociais apesar de utilizá-la tão massivamente. Verifica-se portanto, diante deste resultado, que a apropriação do conceito de cidadania é limitado e que não existe compreensão da dimensão das possibilidades de uso da TDIC e internet nos processos de construção de sua cidadania.

## 6. Conclusões

O desenvolvimento contínuo torna-se sustentável e impacta sobre a melhoria no padrão de vida, as TDIC e as redes têm na Sociedade da Informação papel imperativo, esta característica nos indica que, os contornos que embasam os resultados desta pesquisa são de base sociológica e educacional. Se confrontarmos os resultados dos blocos – Interesse, Aprendizagem e Política e Cidadania - podemos inferir que há dois pontos aparentemente consensual entre eles, que estão ligadas às dimensões econômicas, culturais a desigualdade social e a formação do cidadão para o acesso as mídias e a informação. Considerando tais conjecturas, a formação do cidadão passa a ser uma determinação a ser aferida como um processo contínuo, ao longo da vida que esteja entrelaçado entre seu cotidiano e os espaços formais e não formais de construção de conhecimento.

Cidadania digital é desconhecida para esses sujeitos juvenis, os resultados nos revelam que a necessidade de Alfabetização Midiática e Informacional é um realidade, pois, não são os recursos digitais e a internet por si só que irão garantir igualdade de oportunidade para todos. A distribuição desigual de renda e competência midiática informacional é geradora de uma outra forma de desigualdade que restringe os espaços políticos, culturais e sociais de jovens desfavorecidos economicamente.

Políticas Públicas nesse sentido, se fazem necessárias - desde a escola básica aos níveis de escolaridade subsequentes - usando uma nova perspectiva de malha curricular que venha a promover a aquisição de conhecimentos e novas habilidades e atitudes que



estabeleçam conexões mais próximas entre sujeitos e o exercício da cidadania em contextos diversos que se configura na Sociedade da Informação.

A AMI neste contexto, se interpõe como impulsionadora no reconhecimento e promoção do acesso à mídia e a informação, para além das possibilidades e limites das TDIC e Internet, segundo a UNESCO (2016) uma das principais razões de combinar essas alfabetizações em um conceito composto da AMI é fornecer aos cidadãos as competências necessárias para buscar aproveitar plenamente os benefícios dos direitos humanos universais e das liberdades fundamentais, especialmente a liberdade de expressão e o acesso à informação.

Constata-se portanto, a necessidade de que os jovens, em especial, tenham competências analíticas midiáticas e informacionais é inadiável para ascender à Sociedade da Informação como igual, a educação é neste caso peça fundante para a promoção de uma nova atmosfera de relações sociais e políticas, mas deve-se considerar que a inclusão digital seja fator de diminuição das desigualdades e não fator de impulsionamento que distancia o sujeito de direitos humanos fundamentais como acesso às TDIC e a internet como direito humano fundamental em que possam gozar dos benefícios da integral liberdade de opinião expressão de modo ético, e assim, ser cidadão pleno com efetiva participação e colaboração em ambiente virtuais.

## Referências

BRÜGGEMANN, Odália M.; PARPINELLI, Mary A. **Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento.** Revista Escola Enfermagem USP, n. 42, p. 563–568, Mar. 2008.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. p. 7. Texto de José Luis Quadros de Magalhães. BRASIL. IBGE. CENSO, 2010. Disponível em <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-dapopulacao.html>. Acesso em: 14 de maio 2017.

BONILLA, MHS., and OLIVEIRA, PCS. **Inclusão digital: ambiguidades em curso.** BONILLA, MHS., and PRETTO, NDL., orgs. **Inclusão digital: polêmica contemporânea** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 23-48 Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qfgmr/pdf/bonilla-9788523212063-03.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2017.

BRASIL, **Pesquisa Brasil de Mídia 2015**. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>  
Acesso 23 de agosto de 2016.

CARR, Nicholas. **Entrevista de Nicholas Carr a Laboratórios de Demografia e Estudos populacionais/UEJF** – Universidade Federal de Juiz de Fora. 5 de maio de 2017 Disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/2017/05/05/rumo-ao-homotechnologicus-entrevista-com-nicholas-carr/> Acesso em 03 de junho de 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura V.1. Tradução: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CETIC.BR. **Pesquisa TIC Domicílios 2016**. Disponível em: <http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/apresentacao-tic-domicilios-2011.pdf>.  
Acessado em: 06 de julho de 2017.

DENZIN, Norman K., **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Yvonna S. Lincoln, Tradução Sandra Regina Netz. - Porto Alegre: Artmed Editora, 2006

GRIZZLE, Alton. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias** / Alton Grizzle, Penny Moore, Michael Dezuanni e outros. – Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. 204 p., ilus.

MARSHALL, T.H. **Cidadania Classe Social e Status**. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/999642/mod\\_resource/content/1/MARSHALL%20T.%20H.%20Cidadania-Classe-Social-e-Status.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/999642/mod_resource/content/1/MARSHALL%20T.%20H.%20Cidadania-Classe-Social-e-Status.pdf) Acesso em 30 de maio de 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social**. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). Sujeito, o lado oculto do receptor. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MINAYO. M<sup>a</sup> Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes. 21<sup>a</sup> edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> Acesso em: 14 de abril de 2017.

MINAYO. M<sup>a</sup> Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposições ou complementaridade? In: Caderno de Saúde Pública da escola nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set 1993.

RIBBET, Mike. **Digital Citizenship in Schools**. Disponível em: <https://www.iste.org/docs/excerpts/DIGC12-excerpt.pdf> Acesso em 18 de junho de

2017.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Dilemas do nosso tempo:** globalização, multiculturalismo e conhecimento (entrevista) Currículo sem fronteiras.V.3, n.2, jul/dez 2003, pp. 5-23.

SORJ, B. GUEDES, L.E. **Internet e pobreza** (online). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. 173. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/tk2j9/pdf/sorj-9788599662496.pdf> Acesso em: 21 de julho de 2017.

TELEFÔNICA, FUNDAÇÃO (Org). **Juventude Conectada**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2015.

UNESCO. **Alfabetización Mediática e Informacional Curriculum para profesores**, 2011. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/media\\_and\\_information\\_literacy\\_curriculum\\_for\\_teachers\\_en.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/media_and_information_literacy_curriculum_for_teachers_en.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2016.

UNESCO. **Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI):** disposição e competências do país. – Brasília : UNESCO, Cetic.br, 2016. 138 p., ilus.